**ATA Nº 02/2.021 DA REUNIÃO ORDINÁRIA** **DO FÓRUM DE COMBATE À CORRUPÇÃO DE ALAGOAS, REALIZADA DE FORMA DIGITAL,NO VIGÉSIMO NONO DIA DO MÊS DE ABRIL, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE UM** - No dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quarenta e seis minutos, de forma digital, em atenção à convocação regularmente expedida, participaram os seguintes membros: Srs. Claudivan da Silva Costa (TCU), Fernando Teles de Farias (Arquidiocese de Maceió), Nelton Martins Yin Filho (CGU), Pedro Guido da Silva (ISV), Rodrigo Siqueira Cavalcante (TCE/AL), Jorge Eduardo Ferreira de Oliveira (SRPF/AL), Márcio Torres (APROMAL), e as Sras. Lisângela Maria Rubik da Silva (CRC), Maria Valéria Bezerra (ISV), Stella de Barros Lima Méro (MPC/AL) e Adriana Andrade Araújo (CGE). - **Item I da Pauta: Apresentação de Dra. Stella Méro como vice-coordenadora da Comissão Executiva** - O Sr. Coordenador, de início, agradeceu a participação de todos que atenderam à convocação e se fizeram presentes à reunião, procedendo, em seguida, a apresentação da Sra. Stella Méro, ora representando o MPC, que agradeceu a acolhida, afirmando que se encontra à disposição do FOCCO, para dar continuidade ao trabalho antes realizado pelo Sr. Gustavo Santos. **Item II da** vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quarenta e seis minutos, de forma digital, em atenção à convocação regularmente expedida, participaram os seguintes membros: Srs. Claudivan da Silva Costa (TCU), Fernando Teles de Farias (Arquidiocese de Maceió), Nelton Martins Yin Filho (CGU), Pedro Guido da Silva (ISV), Rodrigo Siqueira Cavalcante (TCE/AL), Jorge Eduardo Ferreira de Oliveira (SRPF/AL), Márcio Torres (APROMAL), e as Sras. Lisângela Maria Rubik da Silva (CRC), Maria Valéria Bezerra (ISV), Stella de Barros Lima Méro (MPC/AL) e Adriana Andrade Araújo (CGE). - **Item I da Pauta: Apresentação de Dra. Stella Méro como vice-coordenadora da Comissão Executiva** - O Sr. Coordenador, de início, agradeceu a participação de todos que atenderam à convocação e se fizeram presentes à reunião, procedendo, em seguida, a apresentação da Sra. Stella Méro, ora representando o MPC, que agradeceu a acolhida, afirmando que se encontra à disposição do FOCCO, para dar continuidade ao trabalho antes realizado pelo Sr. Gustavo Santos. **Item II da Pauta: Definição de projetos para o ano** - O Sr. Coordenador iniciou discorrendo sobre as ações a serem estabelecidas para o presente exercício, e afirmando que sua origem aconteceria a partir dos Comitês, e que o de Governança e Integridade iria trabalhar as metas de prevenção e combate à corrupção. Disse ele, ainda, que o Comitê de Capacitação já vem cumprindo seu cronograma de atividades, tendo iniciado com a realização do evento “Controle Social”, em parceria com a Escola de Contas do TCE/AL. Em seguida, reportou-se ao Comitê de Transparência e Controle Social, que tem a frente o MPE/AL e o CRC. Face a ausência, justificada, do Sr. José Carlos, a apresentação de seus objetivos ficou transferida para outro momento. Já o Comitê de Ações e Controle, cuja logística está a cargo da CGU, o Sr. Coordenador, representante dessa Controladoria, confirmou as dificuldades por ele já apresentadas anteriormente, de que em virtude de suas atividades laborais intensas e da Coordenação do FOCCO, que vem exigindo dele uma presença constante na condução, igualmente, de suas obrigações, solicitou a indicação de outro membro do mesmo Grupo para substituí-lo, registrando, por outro lado, que continuará conduzindo ambas as funções, até que seja indicado por esse colegiado, outro órgão constante da relação do citado Comitê, que tem reunião determinada para o início do próximo mês. Dando continuidade à apresentação do cronograma de atividades, temos a ação “Avaliação da transparência dos recursos de combate à COVID-19” – Existe a previsibilidade de examinarmos os Portais de 10(dez) municípios que mais receberam recursos. Continuou ele: temos em seguida a ação “Avaliação da transparência das contas correntes dos recursos transferidos Fundo-a-fundo pela União” - Essa operação foi colocada por avaliarmos que poderá prosperar a partir do SICAP (Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública) do TCE/AL, que é alimentado a partir de alguns dados não confiáveis, devido algumas dificuldades de sua operacionalização; problemas estes comprovados a partir de informações de que a contabilidade dos municípios é processada no TCE/AL, visando o controle orçamentário, porém apoiada na auto declaração do gestor, o que levou o MPC a solicitar da Corte a implantação de outros mecanismos, através de novas tecnologias e ferramentas que levem a um controle mais efetivo de circulação de recursos públicos. Foi afirmado, também, que diferentemente de outros Tribunais que têm uma estrutura mais avançada, o nosso continua trabalhando com uma tecnologia ultrapassada. Aqui, o Sr. Coordenador passou a palavra à Sra. Stella Méro que, confirmando comentários anteriores, disse que o sistema do Tribunal é alimentado pelo próprio procedimento orçamentário do gestor, gerando diversas falhas, com apresentação de valores divergentes no SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), SICAP e na prestação de contas, particularmente, nas despesas com educação e saúde, problemas estes, disse ela, que precisamos motivar o TCE/AL a se estruturar, através de novas e atualizadas tecnologias, para conseguirmos, assim, um resultado mais fidedigno e, por consequência, efetivo. Sequenciando, o Sr. Nelton Martins passou a palavra ao Sr. Claudivan Costa. De início, citou ele a existência de dois programas: um a nível nacional, o “Alice”, que auxilia na detecção de irregularidades em licitações, apontando algumas inconsistências, o que nos leva a agir de forma antecipada, junto aos gestores. Registrou, ainda, que esse projeto foi desenvolvido para alcançar, igualmente, os TCEs. Continuando, citou, ainda, a existência de um laboratório de pesquisa sobre conversas nas organizações, o LabCon, através do qual todos os TCEs. têm acesso com o objetivo de se alcançar uma atuação preventiva. Neste instante, o Sr. Rodrigo Cavalcante elogiou as ideias apresentadas, ao tempo em que justificou a situação por que passa o Tribunal, com uma estrutura defasada, mas afirmando: nós, enquanto FOCCO, poderíamos apresentar referidas sugestões, através de um diálogo com a Presidência da Corte, com o objetivo de fortalecer o controle externo em nosso estado. Aqui, a Sra. Stella Méro citou a importância dessas ferramentas e de novas tecnologias, destacando os robôs Alice e Mônica que leem o grande volume de texto produzido e analisado pelo TCU para encontrar incongruências, organizar melhor as informações e apontar correlações. Registrou ela, ainda, que no início da pandemia pesquisou vários portais, chegando a conclusão de que, realmente, o TCE necessita de um melhor direcionamento tecnológico, para sair do marasmo em que se encontra. Colocou-se, por fim, à disposição do FOCCO, para tentar reverter essa situação em que se encontra o Tribunal. Voltando a intervir, o Sr. Coordenador disse da satisfação com que recebe referidas sugestões, porque uma vez encontradas soluções para esses impasses, a CGU e o próprio TCU alcançarão mais facilidades na realização de seus trabalhos, o que hoje não ocorre. Citou, ele também, o problema por que passa as instituições, trabalhando sempre com quadros reduzidos, o que leva estes a obrigação de lançar mão da tecnologia. Dando seguimento, disse: Irei continuar à frente do Comitê de Controle, até uma definição visando minha substituição, pelos motivos já expostos anteriormente a todos os Senhores. Neste momento, o Sr. Rodrigo Cavalcante disse de sua necessidade em se afastar da reunião, ao tempo em que afirmou que iria acompanhar o seu desenrolar de onde se encontrasse. Por fim, continuou o Sr. Coordenador: Irei convidar os que fazem o Comitê de Controle, para, juntos, elaborarmos um documento com vistas a uma visita ao TCE/AL, com o objetivo de, se não para resolvermos todos os problemas aqui elencados, mas no sentido de minimizá-los. Ainda com a palavra, o Sr. Coordenador disse que a partir das atividades propostas, para cada ação exibida, que o consignado seria o ideal, mas que ele se encontra na dependência de um suporte laboral do próprio FOCCO, face sua absoluta ausência de tempo para conjugar suas funções laborativas com a operacional do FOCCO. Continuando, afirmou que a despeito dos problemas expostos, devido a falta de tempo, iria apresentar as demais ações constantes do referido documento: “Avaliação dos dados dos portais de transparência municipais” - Vamos deixar em “stand by”, aguardando nossa visita ao TCE/AL; “Levantamento dos principais parceiros com entidades sem fins lucrativos ESFL” – Trata-se de uma linha a ser estudada posteriormente; “Administrar os canais digitais do FOCCO” - A Sra. Lisângela abraçou a causa, após o afastamento da servidora do MPC, que nos dava esse suporte, mas por sua dimensão, seria oportuno que surgissem outros voluntários para colaborarem na respectiva tarefa. Afinal, a divulgação de nosso trabalho para a sociedade é deveras importante; “Melhorias para canais de denúncias” - O Sr. Nelton Martins enunciou que se trata de uma ação a ser desenvolvida e de grande utilidade para a população. A propósito, afirmou o Sr. Fernando Teles que o do MPE funciona a contento, através de seu Departamento de Ouvidoria. Aqui, a Sra. Valéria disse que antes da pandemia, já havíamos iniciado um trabalho nesse sentido, através da publicação de alguns slides, cujo ofício ficara a cargo do Sr. Fábio Soares; “Dia Internacional Contra a Corrupção” - O Sr. Coordenador foi peremptório ao afirmar: Iremos realizar! Quem adotará o desenvolvimento das atividades, perguntou ele? A CGU está pensando, a princípio, na realização de um concurso de fotografias. Quanto ao prêmio seria idêntico ao do último evento: Prêmio Graciliano Ramos de boas práticas de enfrentamento à corrupção. Voltou ele a destacar a necessidade de um voluntário, de outro grupo, que adote esta ação; “Vacinação COVID” - Já temos algum estudo, junto ao Comitê de Ação e Controle, disse o Sr. Coordenador, contando com o apoio do MPF e MPC, mas vamos deixar a cargo do Superintendente da CGU, Sr. Moacir Rodrigues, que deverá coordenar essa ação. Aqui, o Sr. Coordenador fez um retrospecto do que apresentara, oportunidade em que, destacando a ação “Avaliação dos dados dos portais da transferência municipais, a Sra. Lisângela, apoiada pelo Sr. Rodrigo Cavalcante, sugeriu o aproveitamento de uma mão de obra externa ao FOCCO, a exemplo de estudantes universitários, cumprindo, assim, o papel a ser desenvolvido pela Sociedade Civil, como colaboradores. Em seguida, o Sr. Rodrigo Cavalcante afirmou que a ATRICON (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) disponibilizou a todos os Tribunais de Contas do País o programa Turmalina, destinado à modernização dos TCEs: trata-se de um robô fiscal (inteligência artificial), criado pelo TCE/PB, em parceria com as Universidades Federal da Paraíba e de Campina Grande, cujo objetivo é analisar cada um dos Portais de Transparência dos órgãos e entidades públicas sob a jurisdição do TCE-PB. Voltando a intervir, a Sra. Lisângela sugeriu o aproveitamento de alunos de Ética e Contabilidade para realizarem o trabalho por ela indicado, de forma voluntária; ao que a Sra. Stella Méro apoiou referida proposta, juntamente com a Sra. Adriana Andrade, ressaltando, porém, o devido cuidado em se validar os dados, com o objetivo de se evitar um processo de polarização. Neste instante, o Sr. Claudivan, apoiado pela Coordenação, sugeriu levar o assunto ao conhecimento do Sr. José Carlos, em reunião do Comitê de Transparência e Controle Social. Em seguida, o Sr. Coordenador confirmou que irá tentar a inclusão de outro membro do FOCCO, com conhecimento na área, para dar o devido suporte à Sra. Lisângela, na administração dos canais digitais. E sobre a melhoria dos canais de denúncia, ficou de contatar com o Sr. Fábio Soares para saber sobre o andamento do projeto lançado, ainda, na administração anterior. **Item II-1 da Pauta: Integração de sistemas orçamentários/financeiros de municípios com TCE (Nelton/CGU)** - Diante da situação por que passa essa Corte, com uma defasagem tecnológica acentuada, concluímos que o momento é um desestímulo aos que lutam por um processo de transparência: quanto menos transparência, maior a necessidade de um controle mais efetivo. A clareza é uma obrigação de cada ente. Sugeriu, por fim, a criação de um grupo de trabalho, no comitê de Ações e Controle, que aponte não só nossas dificuldades, mas, sim, algumas alternativas viáveis, para iniciarmos um diálogo institucional, através de contatos com o próprio TCE/AL e/ou com o Governo do Estado, através de um convencimento político. **Item III da Pauta Programa Nacional de Prevenção à Corrupção** - O Sr. Secretário de Controle Externo do TCU neste estado, iniciou afirmando que o programa foi concebido para alcançar as 3(três) esferas de governo: União, Estados e Municípios. Trata-se de um programa de âmbito nacional, que está sendo coordenado no FOCCO, pelo Comitê de Governança e Integridade, contando com nossa participação na logística, mais CGU, TCE, CGE e SMCI. Agradeceu ele, a participação de todos os órgãos aqui relacionados e em particular à SMCI, que atuará à frente do teste para avaliação do projeto. A expectativa é que todos os organismos públicos do país, venham implementar essas boas práticas de controle e prevenção à corrupção. O projeto encontra-se em fase de cadastramento de todas as organizações do país e que serão integradas ao sistema e-prevenção (procedimento de autosserviço em auditoria que permitirá ao gestor avaliar as boas práticas de prevenção à corrupção e ter acesso a sugestões para a implementação de melhores condutas). Continuando, disse que concluída esta fase de cadastro, será iniciado o processo de conscientização dos gestores, fazendo com que eles venham a se integrar ao programa. Avançando, será lançado um questionário do qual constarão os seguintes itens: Prevenção, Detecção, Investigação, Correção e Monitoramento. A partir daí, será procedida uma avaliação, para conhecermos em que nível o ente avaliado se encontra. Disse ele, ainda, que se trata de uma análise individual, de apoio ao gestor e somente este tomará conhecimento de seu teor. Prosseguindo, disse ele ainda, que na semana de 17 de maio, acontecerão dois eventos nacionais: o 1º de caráter político, com a presença de diversas autoridades, que será transmitido pelo You Tube, quando teremos o lançamento do Programa de Prevenção e Combate à Corrupção, e três dias após, teremos o evento técnico, cujo objetivo é instruir os participantes, e na semana de 24 a 28 de maio, será concluída essa etapa com a divulgação do projeto. Finalizada essa fase, será aberto o sistema para todos os gestores, quando eles irão tomar conhecimento do que se propõe, para posterior avaliação desse resultado, a partir do que será levado ao conhecimento do FOCCO para validação. Ao final, o gestor irá receber o pós-diagnóstico, que constará de uma plataforma de auto avaliação permanente e um plano de ação para acompanhamento, entre outras importantes ações. A partir daí, cada administrador irá verificar sua evolução no projeto, para que se atinja os objetivos almejados. Divulgou ele, ainda, o bloco “Sistemas e Páginas para Acesso aos Interessados”, do qual constam: Sistema E-Prevenção Operacional; Sistema E-Prevenção Gerenciamento; Páginas do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção(PNPC) e a Página de SharePoint, esta de acesso restrito. Finalizou ele, com uma palavra de incentivo aos presentes à reunião, para participarem do referido projeto. **Item IV da Pauta: Regulamentação da Lei Anticorrupção(APROMAL)** - Tendo em vista a necessidade do representante dessa Associação em se ausentar da reunião, necessidade esta plenamente justificada, sua manifestação sobre a referida pauta foi transferida para outro momento. **Item V da Pauta: Relato do Comitê de Capacitação sobre o curso de Controle Social e planos para capacitação no 2º semestre** – Ato contínuo, o Sr. Coordenador solicitou dos representantes do citado comitê, presentes à reunião, um breve relato sobre o evento ”Controle Social”. O Sr. Fernando Teles afirmou que o curso, diante da expectativa do planejamento elaborado, atingiu plenamente seus objetivos. Foram 5(cinco) palestras, que teve seu início com o Dr. Everaldo Patriota, apresentando o tema “Constituição, Poderes, Tributos e o Cidadão; culminando, ao final, com a palestra “O Ministério Público e as Denuncias”, a cargo do Promotor de Justiça Dr. José Carlos Castro. Continuando, disse ele, o que mais chamou a atenção, foi quanto à participação dos alunos: iniciamos o curso com setenta e dois candidatos, trinta e dois acima dos inscritos, e concluímos o curso com apenas 19 dos que se encontravam registrados, deixando-nos um pouco frustrados. Analisando essa redução, creio ter sido motivada pela transferência da 2ª palestra para outro momento, devido a incompatibilidade ocorrida entre o sistema utilizado pelo apresentador e o da Escola de Contas do TCE/AL, problema este corrigido, entretanto, de imediato, com o tema sendo abordado no dia subsequente. Ao final, elogiou ele, o suporte técnico operacional colocado a nossa disposição pela referida Escola de Contas, hoje muito bem administrada pelo Conselheiro, Dr. Rodrigo Cavalcante, representante do TCE/AL no FOCCO. Já a Sra. Valéria Bezerra, disse ser o próximo passo do Comitê, a realização de referido curso com conselheiros de alguns Comitês. A exemplo do Sr. Fernando Teles, elogiou, também, o excelente trabalho da Escola de Contas, a quem agradeceu o suporte oferecido para a execução do curso, afirmando, também ela, ser esses dezenove que concluíram o curso, um número bastante razoável, comparando-o a outros acontecimentos. Por fim, foi acatada a sugestão do Sr. Coordenador, para realizarmos uma avaliação pós curso, através dos alunos. **Item VI da Pauta: Assuntos Gerais** – De início, o Sr. Coordenador agradeceu a participação do Sr. Jorge Eduardo representante da SRPF, que reconheceu o honroso convite, colocando-se à disposição do FOCCO, respeitando-se, aqui, suas limitações quanto ao regimento da corporação por ele representada. Já o MPF, ficou de integrar-se ao grupo, a partir de nosso próximo encontro. Quanto à Polícia Civil, iremos deixar para outro momento, face a mudança de comando em sua administração. Sobre a exclusão de alguns órgãos e/ou entidades que não veem comparecendo às nossas reuniões, deixaremos para discutir em outro momento, afirmou ele. Voltando a intervir sobre a COVID-19, o Sr. Coordenador afirmou persistir o problema dos gastos com pessoal, através de recursos destinados ao respectivo programa. Afirmou, ainda, a possibilidade de voltarmos a realizar nossos encontros no modelo anterior, através de alternância entre órgãos e/ou entidades do FOCCO, quando do retorno à normalidade, evidentemente com “aquele coffee-break”. **Item VII da Pauta: Definição de data para a próxima reunião** – Regimentalmente, nosso próximo encontro deverá acontecer no dia 1º de junho. Não havendo mais nada a ser discutido, foi encerrada a reunião ordinária virtual às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, com o Sr. Nelton Martins reiterando seu agradecimento pela participação de todos, bem como deixando claro que estará disponível para quaisquer esclarecimentos. Assinam a Ata os Srs. Nelton Martins Yin Filho – Coordenador e Fernando Teles de Farias – Secretário.

Nelton Martins Yin Filho

Coordenador

Fernando Teles de Farias

Secretário